



SEE-SP

SEE-SP - SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
DE SÃO PAULO

Professor de Ensino Fundamental e
Médio- LÍNGUA PORTUGUESA

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES Nº 01/2023

CÓD: SL-111MA-23
7908433236306

Conhecimentos

1. Do fenômeno linguístico e literário nas dimensões discursiva, semântica, gramatical, textual e pragmática	7
2. Dos vários níveis dos textos escritos e falados, em que se manifestam as marcas de variação linguística, relativas aos fatores geográficos, históricos, sociológicos e técnicos, às diferenças entre a linguagem oral e a escrita, à seleção de registro em situação interlocutiva (formal, informal).	8
3. Das múltiplas possibilidades de construção de sentidos, em situações de produção e recepção textuais.	10
4. Da construção de intertextualidades pela análise do tema, dá estrutura composicional e do estilo de objetos culturais em diferentes linguagens, tais como: obra literária, pintura, escultura, fotografia e textos do universo digital.....	10
5. Do uso de recursos linguísticos expressivos em textos, relacionando esses recursos às intenções do enunciador.	11
6. Da articulação de conhecimentos prévios e informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas e pragmáticas) autorizadas pelo texto, para explicar ambiguidades, ironias e expressões figuradas, opiniões e valores implícitos, bem como as intenções do enunciador/autor.....	11
7. De diferentes discursos, em língua falada e em língua escrita, observando sua estrutura, sua organização e seu significado relacionado às condições de produção e recepção	12
8. Da literatura associada à teoria e à crítica literária.	13
9. De textos literários e intertextualidade (gêneros, temas e representações) nas obras da literatura em língua portuguesa.	13
10. Dos pressupostos teóricos que embasam os conceitos fundantes da disciplina de Língua Portuguesa na práxis didática dos processos de ensino e de aprendizagem.	15
11. Da prática docente, articulando dialogicamente os sujeitos envolvidos, os materiais pedagógicos, as metodologias adequadas e os procedimentos de avaliação.	16
12. Dos pressupostos teóricos de Língua e Literatura para a Educação Básica.	16
13. Da expressão literária popular e os modos de representação linguística do imaginário coletivo e da cultura.	17
14. Dos multiletramentos em sua prática social	18
15. Das diferentes experiências didáticas para solucionar problemas de ensino e de aprendizagem de produção de texto escrito na escola, justificando os elementos relevantes e as estratégias utilizadas	19
16. Das diferentes teorias e métodos de leitura, em análise de casos, para resolução de problemas relacionados ao ensino e à aprendizagem de leitura na escola.	19
17. Das tecnologias diversas (materiais físicos e digitais), para aplicação em diferentes experiências de ensino e de aprendizagem de Língua e Literatura, reconhecendo os elementos relevantes e as estratégias adequadas.	20
18. Das situações didáticas, envolvendo a Língua, a Literatura e todos os tipos de linguagem, que favoreçam a autonomia, a liberdade e a sensibilidade do estudante.	21
19. Das variações linguísticas dissociadas de atitudes preconceituosas e discriminatórias.	21

Bibliografia Livros

1. BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico. São Paulo: Parábola, 2015	29
2. BAKTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011	29
3. BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.....	30
4. BRUGIONI, Elena. Literaturas africanas comparadas: paradigmas críticos e representações em contraponto. Campinas: UNICAMP, 2019.....	30
5. CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade. 13. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2014	31
6. CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Souza. Culturas Juvenis: Múltiplos olhares. São Paulo: Editora Unesp, 2009	31
7. DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. Cap. 2, 3, 7, 14, 15	32

ÍNDICE

8. ELIAS, Vanda Maria; PAULUKONIS, Aparecida Lino; MARQUESI, Sueli Cristina. Linguística textual e ensino. São Paulo: Contexto, 2017	32
9. KLEIMAN, Angela. Oficina de Leitura: teoria & prática. 15. ed. Campinas: Pontes, 2017	33
10. KOCH, Ingredore Grunfeld Villaça. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2015.....	33
11. Ingredore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e escrever estratégia de produção textual. São Paulo: Contexto, 2017 ...	33
12. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.....	34
13. MOISES, Massaud. A literatura portuguesa através de texto. 37. ed. São Paulo: Cultrix, 2009.....	34
14. NEVES, Maria Helena de Moura. Que gramática estudar na escola? norma e uso na língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2003	35
15. ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline P. Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos. São Paulo: Parábola, 2015	35
16. ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. Letramentos, mídias, linguagens. São Paulo: Parábola, 2019.....	35
17. Roxane; MOURA, Eduardo (org.). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012	36

Publicações Institucionais

1. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. p. 07-21, 57-191.....	43
2. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998	103
3. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Currículo Paulista. São Paulo: SEDUC, 2019. p. 95-110, 123-127, 166-200	120
4. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Currículo Paulista/ Ensino Médio. São Paulo: SEDUC, 2020. p. 23- 110, 196-208, 249-256, 271-277.....	149

interlocutivo, julgar, tomar uma posição consciente e responsável pelo que se fala/escreve." (BRASIL, 2000). O que quer dizer que saber utilizar das regras não é suficiente em si, mas que isso, é necessário que também conduzir os alunos para um domínio reflexivo e crítico da língua, para que sua capacidade discursiva seja ampliada.

– Necessidade de contextualização: de acordo com o PCN "o processo de ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa deve basear-se em propostas interativas de língua/linguagem [...]" (BRASIL, 2000). Isso quer dizer que atualmente o professor não deve dar prioridade ao estudo gramatical fora de contexto, em razão necessidade de o aluno compreender as expressões utilizadas nas diversas situações comunicativas. Mas o que se tem observado na prática é exatamente o contrário: em sala de aula, a assimilação da nomenclatura gramatical tem sido o eixo central da abordagem dos estudos gramaticais na escola, pois muitos docentes ainda não adaptaram suas aulas para essa nova perspectiva de ensino.

– Três novas instâncias da gramática em sala de aula: de acordo com a nova perspectiva que vem sendo construída nesse sentido, o ensino gramatical nas escolas deve abranger: 1) articulação da leitura; 2) articulação da produção textual; 3) análise linguística. Fica a cargo dos docentes, durante as aulas de língua portuguesa, não elegerem um texto somente para lecionar conhecimentos gramaticais, mas tendo em vista sempre algo que sirva como complementação para esse ensino, o que assegura também garantindo também o êxito no desenvolvimento das práticas discursivas.

— Conhecimentos Notacionais

Definição: os conhecimentos notacionais estão relacionados à natureza alfabética do sistema de escrita da língua portuguesa, mais especificamente, ao que diz respeito à ortografia e a determinados vocábulos e expressões. Em razão disso, esses conhecimentos são comumente associados a problemas como dúvidas relacionadas à ortografia e à semântica — no que tange aos termos parônimos e homônimos.

Importância: a assimilação dos conhecimentos notacionais tem como objetivo orientar melhor a priorização de determinados aspectos nas atividades de ensino, pois conhecer bem a escrita das palavras impacta positivamente na construção do discurso.

O Sistema de escrita Alfabética (SEA): podemos afirmar que o SEA é um sistema notacional, pois ele nada mais é do que um sistema de representação, ou seja, a escrita alfabética é reconhecida como um objeto do saber que propicia aos alunos uma reflexão mais consciente sobre as palavras. Em outras palavras, o SEA auxilia a criança na percepção da escrita como um objeto de conhecimento, que será fundamental para garantir a compreensão, a reflexão consciente da palavra e, por conseguinte, a apropriação do SEA.

— Exemplos:

DE MAIS e DEMAIS

"Tomamos vinho de mais" = locução adjetiva, significa muito, oposto de menos.

"Percebemos o erro tarde demais." = advérbio de intensidade, o mesmo que excessivamente.

"Demais, ele ainda conseguiu fugir." = palavra continuativa, significa além disso.

"Ele saiu da reunião sem se despedir dos demais." = pronome indefinido, significa os outros.

APARTE e À PARTE

"Se iniciarem uma briga, aparte!" = modo imperativo do verbo apartar, significa separar.

"Esses documentos devem ser arquivados à parte." = locução adverbial, significa colocar de lado.

DOS VÁRIOS NÍVEIS DOS TEXTOS ESCRITOS E FALADOS, EM QUE SE MANIFESTAM AS MARCAS DE VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA, RELATIVAS AOS FATORES GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, SOCIOLÓGICOS E TÉCNICOS, ÀS DIFERENÇAS ENTRE A LINGUAGEM ORAL E A ESCRITA, À SELEÇÃO DE REGISTRO EM SITUAÇÃO INTERLOCUTIVA (FORMAL, INFORMAL).

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em Língua Portuguesa está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade lingüística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. Não existem, portanto, variedades fixas: em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades lingüísticas, geralmente associadas a diferentes valores sociais. Mais ainda, em uma sociedade como a brasileira, marcada por intensa movimentação de pessoas e intercâmbio cultural constante, o que se identifica é um intenso fenômeno de mescla lingüística, isto é, em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades lingüísticas, geralmente associadas a diferentes valores sociais.

O uso de uma ou outra forma de expressão depende, sobretudo, de fatores geográficos, socioeconômicos, de faixa etária, de gênero (sexo), da relação estabelecida entre os falantes e do contexto de fala. A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre o que se deve e o que não se deve falar e escrever, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.

E isso por duas razões básicas.

Em primeiro lugar, está o fato de que ninguém escreve como fala, ainda que em certas circunstâncias se possa falar um texto previamente escrito (é o que ocorre, por exemplo, no caso de uma conferência, de um discurso formal, dos telejornais) ou mesmo falar tendo por referência padrões próprios da escrita, como em uma exposição de um tema para auditório desconhecido, em uma entre ista, em uma solicitação de serviço junto a pessoas estranhas. Há casos ainda em que a fala ganha contornos ritualizados, como nas cerimônias religiosas, comunicados formais, casamentos, velórios etc. No dia-a-dia, contudo, a organização da fala, incluindo a escolha de palavras e a organização sintática do discurso, segue padrões significativamente diferentes daqueles que se usam na produção de textos escritos.

Em segundo lugar, está o fato de que, nas sociedades letradas (aqueles que usam intensamente a escrita), há a tendência de toarem-se as regras estabelecidas para o sistema de escrita como padrões de correção de todas as formas lingüísticas. Esse fenômeno

BOSI, ALFREDO. HISTÓRIA CONCISA DA LITERATURA BRASILEIRA. 50. ED. SÃO PAULO: CULTRIX, 2015

O livro “História Concisa da Literatura Brasileira”, de Alfredo Bosi, é uma referência fundamental para aqueles que desejam conhecer e compreender a trajetória da literatura brasileira. Nesta obra, Bosi realiza uma análise abrangente e aprofundada dos principais momentos, autores e correntes literárias que marcaram a literatura brasileira ao longo dos séculos.

Alguns dos temas principais abordados no livro são:

1. Períodos literários: O autor apresenta os diferentes períodos literários da história do Brasil, como o Barroco, o Arcadismo, o Romantismo, o Realismo, o Modernismo, entre outros. Ele discute as características estilísticas, temáticas e sociais de cada período, oferecendo uma visão panorâmica da evolução da literatura brasileira.

2. Autores e obras representativas: Bosi destaca os principais autores e obras que contribuíram para a formação e consolidação da literatura brasileira. Ele analisa obras clássicas e contemporâneas, explorando a relevância artística, social e histórica de cada uma delas.

3. Contexto histórico e social: O autor situa a literatura brasileira em seu contexto histórico e social, destacando as influências políticas, sociais e culturais que moldaram a produção literária em cada época. Ele enfatiza a relação intrínseca entre a literatura e a realidade brasileira, revelando como a literatura reflete e dialoga com as transformações do país.

A leitura de “História Concisa da Literatura Brasileira” é de extrema importância para estudantes que desejam aprofundar seu conhecimento sobre a literatura brasileira, seja para fins acadêmicos ou para se preparar para concursos públicos que abordam essa temática. Este livro proporciona uma visão ampla e sólida da literatura brasileira, permitindo uma compreensão mais completa e crítica do seu desenvolvimento ao longo dos séculos.

Ao estudar o livro completo, o estudante terá acesso a uma visão abrangente e embasada sobre a história da literatura brasileira. O texto de Alfredo Bosi oferece uma análise criteriosa dos períodos literários, dos autores mais relevantes e das obras representativas, permitindo compreender as nuances estéticas, as temáticas recorrentes e os contextos históricos que permeiam a produção literária do Brasil.

Além disso, a leitura integral do livro proporciona uma compreensão mais ampla e crítica da literatura brasileira, permitindo ao estudante desenvolver uma visão mais aprofundada sobre as influências, os movimentos literários e os debates que moldaram a nossa literatura ao longo dos tempos.

Ao se aprofundar na bibliografia indicada, o estudante estará melhor preparado para responder questões de concursos públicos que envolvam a literatura brasileira. A leitura completa do livro permitirá ao candidato reconhecer com mais facilidade os períodos literários, os autores e suas respectivas obras, além de compreender as características estilísticas, os contextos históricos e as influências literárias presentes na produção brasileira.

BRUGIONI, ELENA. LITERATURAS AFRICANAS COMPARADAS: PARADIGMAS CRÍTICOS E REPRESENTAÇÕES EM CONTRAPONTO. CAMPINAS: UNICAMP, 2019

O livro “Literaturas Africanas Comparadas: Paradigmas Críticos e Representações em Contraponto”, de Elena Brugioni, é uma obra de referência para aqueles que desejam explorar e compreender a diversidade e riqueza das literaturas africanas. Nessa obra, Brugioni analisa e compara as diferentes expressões literárias dos países africanos, oferecendo uma visão crítica e abrangente sobre as temáticas, os estilos e os contextos históricos e sociais presentes nessas produções literárias.

Alguns dos temas principais abordados no livro são:

• Literaturas africanas: A autora apresenta uma ampla gama de literaturas africanas, abrangendo diversos países e regiões do continente. Ela explora as particularidades de cada literatura, discutindo as influências culturais, históricas e sociais que moldaram as narrativas africanas ao longo do tempo.

• Paradigmas críticos: Brugioni discute os principais paradigmas críticos utilizados na análise das literaturas africanas. Ela examina as abordagens teóricas e metodológicas que têm sido empregadas para compreender e interpretar essas obras, oferecendo uma visão panorâmica das diferentes perspectivas críticas.

• Representações em contraponto: A autora também analisa as representações presentes nas literaturas africanas, explorando como essas obras refletem e questionam questões como identidade, colonialismo, pós-colonialismo, gênero, memória e resistência. Ela destaca as vozes múltiplas e diversas que emergem das narrativas africanas, desafiando estereótipos e construindo novas formas de representação.

A leitura de “Literaturas Africanas Comparadas: Paradigmas Críticos e Representações em Contraponto” é essencial para estudantes interessados em ampliar seus conhecimentos sobre a literatura africana. A obra oferece uma abordagem crítica e contextualizada, permitindo uma compreensão mais profunda das literaturas africanas e sua contribuição para a diversidade cultural e literária do continente.

Ao ler o livro na íntegra, o estudante terá a oportunidade de explorar em detalhes as diversas literaturas africanas, compreendendo as especificidades de cada país e região, assim como as influências culturais, históricas e sociais que moldaram essas narrativas. Além disso, a obra apresenta uma análise crítica dos paradigmas e abordagens utilizados no estudo das literaturas africanas, permitindo ao estudante uma visão ampla das perspectivas teóricas e metodológicas empregadas nesse campo de estudo.

Ao se aprofundar na bibliografia indicada, o estudante terá a oportunidade de explorar as representações em contraponto presentes nas literaturas africanas, compreendendo como essas obras refletem questões de identidade, colonialismo, pós-colonialismo, gênero, memória e resistência. A leitura integral do livro proporcionará uma compreensão mais abrangente e crítica dessas representações, contribuindo para a formação de uma visão mais completa e contextualizada das literaturas africanas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

OS MARCOS LEGAIS QUE EMBASAM A BNCC

A Constituição Federal de 19885, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Para atender a tais finalidades no âmbito da educação escolar, a Carta Constitucional, no Artigo 210, já reconhece a necessidade de que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

Nesse artigo, a LDB deixa claros dois conceitos decisivos para todo o desenvolvimento da questão curricular no Brasil. O primeiro, já antecipado pela Constituição, estabelece a relação entre o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos. O segundo se refere ao foco do currículo. Ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. Essas são duas noções fundantes da BNCC.

A relação entre o que é básico-comum e o que é diverso é retomada no Artigo 26 da LDB, que determina que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

Essa orientação induziu à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado, que foi o norte das diretrizes curriculares traçadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo da década de 1990, bem como de sua revisão nos anos 2000.

Em 2010, o CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/20106.

Em 2014, a Lei nº 13.005/20147 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distri-

to Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, consoante aos marcos legais anteriores, o PNE afirma a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (meta 7), referindo-se a direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Em 2017, com a alteração da LDB por força da Lei nº 13.415/2017, a legislação brasileira passa a utilizar, concomitantemente, duas nomenclaturas para se referir às finalidades da educação:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento [...]

Art. 36. § 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL, 20178; ênfases adicionadas).

Trata-se, portanto, de maneiras diferentes e intercambiáveis para designar algo comum, ou seja, aquilo que os estudantes devem aprender na Educação Básica, o que inclui tanto os saberes quanto a capacidade de mobilizá-los e aplicá-los.

OS FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA BNCC

FOCO NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

O conceito de competência, adotado pela BNCC, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Artigos 32 e 35).

Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI9, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos10. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês)11, e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol)12.

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC.